

Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação - IPTI

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Associados do
Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação - IPTI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação – IPTI (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação – IPTI em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem fins de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação

A auditoria das demonstrações financeiras correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentada para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de setembro de 2019, com ressalva decorrente a falta de análise de recuperabilidade do imobilizado - “impairment”. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a administração da Associação realizou a análise, sem a necessidade do reconhecimento de “impairment”.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem fins de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

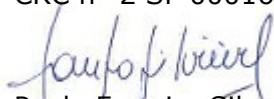
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 4 de dezembro de 2020

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 000164/O-4



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	952.113	56.275	Fornecedores		8.371	14.327
Impostos a recuperar		428	428	Empréstimos e financiamentos	8	-	208.578
Contas a receber	5	-	181.606	Obrigações trabalhistas		22.635	8.689
Créditos de convênios	6	642.260	770.593	Obrigações tributárias		2.604	295
Adiantamentos a fornecedores		781	231	Recursos de projetos e convênios	9	550.138	257.478
Despesas antecipadas		-	6.027	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		583.748	489.367
Total dos ativos circulantes		1.595.582	1.015.160				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	7	255.454	275.910	Patrimônio Social	10	2.766	2.766
Total do ativo não circulante		255.454	275.910	Superávit acumulado	10	1.264.522	798.937
				TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO		1.267.288	801.703
TOTAL DO ATIVO		1.851.036	1.291.070	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.851.036	1.291.070

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS			
Receita de Prestação de Serviços	11.1	25.000	1.407.445
Receita de Doações	11.2	2.066.137	734.414
Receita de Taxa de Administração de Projetos	11.3	18.750	56.191
Receita de Serviço Voluntário	11.4	119.411	116.279
Receita de Convênio	11.5	483.620	214.972
RECEITA BRUTA		<u>2.712.918</u>	<u>2.529.301</u>
Impostos sobre Venda de Serviços (-)		(1.500)	(42.225)
SUPERÁVIT BRUTO		<u>2.711.418</u>	<u>2.487.075</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	12	(513.882)	(1.217.658)
Serviço Voluntário	11.4	(119.411)	(116.279)
Despesas com Projetos	13	(1.457.526)	(150.596)
Despesas com Pessoal	14	(114.294)	(5.803)
Despesas tributárias		(7.608)	(6.645)
Outras (receitas) despesas		-	24.371
		<u>(2.212.721)</u>	<u>(1.472.610)</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>498.697</u>	<u>1.014.465</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras		7.305	4.591
Despesas Financeiras		<u>(40.417)</u>	<u>(27.982)</u>
		(33.112)	(23.391)
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>465.585</u>	<u>991.074</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	465.585	991.074
Outro resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>465.585</u>	<u>991.074</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em reais - R\$)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Patrimônio líquido total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	2.766	(192.137)	(189.371)
Superávit do exercício	-	991.074	991.074
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>2.766</u>	<u>798.937</u>	<u>801.703</u>
Superávit do exercício	-	465.585	465.585
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u><u>2.766</u></u>	<u><u>1.264.522</u></u>	<u><u>1.267.288</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		465.585	991.074
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7 e 12	57.663	50.973
Baixa de imobilizado	7	3.520	-
Juros sobre empréstimos	8.1	29.121	11.660
Aumento (diminuição) nos ativos:			
Contas a receber		181.606	(181.606)
Adiantamento de fornecedores		(551)	(1)
Despesas antecipadas		6.027	6.574
Aumento (diminuição) nos passivos:			
Fornecedores		(5.956)	4.727
Obrigações trabalhistas		13.946	5.785
Obrigações tributárias		2.310	91
Recursos de projetos e convênios		420.993	(847.869)
Juros pagos	8.1	(29.121)	(11.660)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.145.143</u>	<u>29.748</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	<u>(40.727)</u>	<u>(172.365)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(40.727)</u>	<u>(172.365)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimo		90.000	964.626
Pagamento de empréstimos	8.1	<u>(298.578)</u>	<u>(896.181)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(208.578)	68.445
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>895.838</u>	<u>(74.172)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	4	56.275	130.447
Caixa e equivalentes no fim do exercício	4	952.113	56.275
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>895.838</u>	<u>(74.172)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – IPTI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação – IPTI (“Associação” ou “IPTI”) pessoa jurídica de direito privado, de natureza sócio - cultural e interesse coletivo, sem fins lucrativos, foi constituído na forma de “Associação” com prazo de duração indeterminado em setembro de 2003. A Associação tem por objeto social promover continuamente um ambiente favorável à pesquisa e a inovação, voltados, sobretudo, à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável.

As áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da Associação são educação, saúde e economia criativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, BASE DE ELABORAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e com a interpretação para entidades sem fins de lucros - ITG 2002 (R1).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), a moeda do ambiente econômico no qual a Associação atua (“a moeda funcional”).

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a IPTI optou pelas aplicações das disposições integrais das seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019, a IPTI possui somente instrumentos financeiros básicos. Desta forma, a seção 12 do referido pronunciamento torna-se não aplicável, haja visto referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

Passivo financeiro

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os passivos financeiros compreendem as contas a pagar e estes são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A IPTI baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado.

2.6. Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A PECLD, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.7. Outras contas a receber

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Embarcações e Caiaques	5
Aparelhos de comunicação	10
Equipamentos de informática	5

2.9. Recursos vinculados a projetos

São registrados em conta de passivo circulante em contrapartida dos numerários depositados em contas bancárias (corrente e aplicação), não afetando o resultado do exercício.

Os saldos remanescentes correspondem à soma dos recursos recebidos, acrescidos de eventuais receitas de aplicações financeiras, e ainda não aplicados nos projetos.

As principais aplicações nos projetos, referem-se a gastos com pessoal, encargos sociais, provisões para contingências trabalhistas e notas fiscais de compra de materiais e serviços.

2.10. Outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhista

Reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Associação.

2.12. Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração do resultado.

3. ADOÇÃO DAS NORMAS NOVAS E REVISADAS

3.1. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A Administração não espera a adoção de novas normas, emitidas e ainda não aplicáveis, tenham um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do IPTI em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	250	250
Bancos	24.172	36.639
Aplicações Financeiras	<u>927.691</u>	<u>19.386</u>
Total	<u>952.113</u>	<u>56.275</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, destinados substancialmente aos projetos.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Secretaria de Estado do Turismo – SETUR	-	<u>181.606</u>
Total	<u>-</u>	<u>181.606</u>

6. CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contrato de gestão SEED 075/2015 (a)	515.093	766.407
Contrato de gestão SEDETEC 01/2016 (b)	73.614	4.186
Contrato Projeto Baião (c)	4.156	-
Contrato Projeto Legados (d)	<u>49.397</u>	-
Total	<u>642.260</u>	<u>770.593</u>

- (a) O Contrato de Gestão SEED n.º 075/2015 é um Contrato de Gestão celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura do Estado de Sergipe e o IPTI, com o objetivo de desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais voltadas à melhoria das condições de ensino e aprendizagem de português e matemática para ensino fundamental em escolas da rede estadual e municipal do Estado. Para execução deste contrato, ficou estabelecido o valor total de R\$7.464.774,92, cujo repasse vem sendo efetuado por parcelas ao longo do período do contrato que é de dezembro de 2015 a janeiro de 2021.
- (b) O Contrato de Gestão SEDETEC n.º 001/2016 é um Contrato de Gestão celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do estado de Sergipe e o IPTI, com o objetivo de estabelecimento de parceria entre o Poder Público Estadual e o IPTI para empregar o conhecimento científico e tecnológico para conceber e produzir tecnologias sociais, para as diversas instâncias do Governo do Estado de Sergipe, que contribuam com políticas públicas vigentes a partir das experiências desenvolvidas e sistematizadas em Santa Luzia do Itanhy, através da celebração de parcerias e/ou da prestação de serviços com órgãos do poder público estadual. Para execução deste contrato, ficou estabelecido o valor total de R\$958.568,00, cujo repasse vem sendo efetuado por parcelas desde ao longo do período do contrato que é de dezembro de 2016 a outubro de 2020.
- (c) O projeto Baião é um Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto Afrânio Affonso Ferreira. O projeto está baseado em aulas semanais de formação nos instrumentos que compõem o baião tradicional (sanfona, zabumba e triângulo), cujo o valor total é de R\$26.400,00, sendo liberado em parcelas ao longo do projeto que foi no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2020.
- (d) É um Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Fundação Vale e o IPTI, com o objetivo de realização do projeto Legados na área de Educação no município de Bacabeira, no Estado do Maranhão que visa promover a formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos com foco na alfabetização e no letramento em Língua Portuguesa e Matemática de crianças de 1º e 3ºano do ensino fundamental da rede pública de ensino com engajamento dos recursos pedagógicos da tecnologia, criando condições e competências locais para reaplicação em outros municípios maranhenses. O Termo é no valor de R\$1.317.300,00, cujo desembolso é em 08 parcelas. O período deste termo é de junho de 2019 a maio de 2021.

7. IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis, utensílios e instalações	10% a.a.	108.351	(77.706)	30.645	37.885
Veículos	20% a.a.	109.708	(43.450)	66.258	88.200
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	56.634	(42.012)	14.622	11.716
Instalações	10% a.a.	3.039	(1.251)	1.788	1.824
Embarcações e caiaques	20% a.a.	7.950	(7.950)	-	-
Equipamentos de informática	20% a.a.	271.589	(174.448)	97.141	91.285
Terreno		45.000	-	45.000	45.000
Total		602.271	(346.817)	255.454	275.910

Média ponderadas das	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Instalações	Embarcações e Caiques	Equipamento de informática	Terreno	Total
taxas de depreciação	10%	20%	10%	10%	20%	20%		
<u>Em 1º de janeiro de 2018</u>								
Custo	85.730	60.696	46.042	2.870	7.950	144.411	45.000	392.699
Depreciação acumulada	(64.328)	(281)	(32.899)	(841)	(7.950)	(131.883)	-	(238.182)
	<u>21.402</u>	<u>60.415</u>	<u>13.143</u>	<u>2.029</u>	<u>-</u>	<u>12.528</u>	<u>45.000</u>	<u>154.517</u>
Adições	22.621	49.012	3.000	-	-	97.732	-	172.365
Depreciação	(6.138)	(21.227)	(4.427)	(205)	-	(18.975)	-	(50.972)
Saldo final	<u>37.885</u>	<u>88.200</u>	<u>11.716</u>	<u>1.824</u>	<u>-</u>	<u>91.285</u>	<u>45.000</u>	<u>275.910</u>
<u>Em 1º de janeiro de 2019</u>								
Custo	108.351	109.708	49.042	2.870	7.950	242.143	45.000	565.064
Depreciação acumulada	(70.466)	(21.508)	(37.326)	(1.046)	(7.950)	(150.858)	-	(289.154)
Valor contábil líquido	<u>37.885</u>	<u>88.200</u>	<u>11.716</u>	<u>1.824</u>	<u>-</u>	<u>91.285</u>	<u>45.000</u>	<u>275.910</u>
Adições	-	-	7.592	169	-	32.966	-	40.727
Baixas	-	-	-	-	-	(3.520)	-	(3.520)
Depreciação	(7.240)	(21.942)	(4.686)	(205)	-	(23.590)	-	(57.663)
Saldo final	<u>30.644</u>	<u>66.258</u>	<u>14.622</u>	<u>1.788</u>	<u>-</u>	<u>97.141</u>	<u>45.000</u>	<u>255.454</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>								
Custo	108.351	109.708	56.634	3.039	7.950	271.589	45.000	602.271
Depreciação acumulada	(77.706)	(43.450)	(42.012)	(1.251)	(7.950)	(174.448)	-	(346.817)
Valor contábil líquido	<u>30.645</u>	<u>66.258</u>	<u>14.622</u>	<u>1.788</u>	<u>-</u>	<u>97.141</u>	<u>45.000</u>	<u>255.454</u>

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos com terceiros (a)	-	179.407
Financiamento Banco Bradesco (b)	-	29.171
Total	<u>-</u>	<u>208.578</u>

(a) Empréstimos com os terceiros Emanuel Carrilho e Elma Neide V. M. Carrilho, remunerados com taxa de juros de 1% a.m., os quais foram liquidados em dezembro de 2019.

(b) Financiamento do veículo spin com taxa de juros de 1,91% a.m. e 25,46 a.a., custo efetivo total (CET) de 2,33% a.m. e 31,88% a.a., liquidado em novembro de 2019.

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Emanuel Carrilho	31/03/2019	1% a.m.	-	105.101
Elma Neide V. M. Carrilho	31/12/2018	1% a.m.	-	74.306
			<u>-</u>	<u>179.407</u>

8.1. Movimentação do exercício:

Em 31 de dezembro de 2017	140.133
Provisão de juros e encargos	11.660
Captação de empréstimos	964.626
Pagamento de empréstimos	(896.181)
Juros pagos	(11.660)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>208.578</u>
Provisão de juros e encargos	29.121
Captação de empréstimos	90.000
Pagamento de empréstimos	(298.578)
Juros pagos	(29.121)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>

9. RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS

A Associação celebrou convênios voltados a obtenção de recursos junto ao poder público e a organizações privadas com objetivo de aplicar conhecimento científico e tecnológico em projetos nas áreas de tecnologia, educação, cultura, saúde e economias criativas. Para isso obteve recursos, ainda pendentes de aplicação, dos seguintes projetos e convênios:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Poder público</u>		
Projeto gestão SEDETEC 01/2016 (a)	19	799
Projeto gestão SEED 075/2015 (a)	59.502	452
	<u>59.521</u>	<u>1.251</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Organizações privadas</u>		
Conselhos (b)	87.720	132.926
Projeto Baião (a)	7.411	4.681
Arte, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano ACTDH (c)	19	37.996
Projeto Legados (a)	368	-
TON COM (d)	82.823	-
Projeto Educação Infantil (e)	252.000	-
PLOC (f)	646	49.172
CLOC Robótica (g)	52.471	23.995
Outros projetos	7.556	7.456
	<u>490.617</u>	<u>256.226</u>
Total	<u>550.138</u>	<u>257.477</u>

- (a) Informações sobre a receita constam na nota explicativa nº 6.
- (b) Conselhos é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto construir uma tecnologia social que promova a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos Conselhos de Direitos e Tutelares e sistematizar esta experiência para possibilitar futuras reaplicações em outros municípios. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$270.000,00 e o período de execução de janeiro de 2018 a outubro de 2020.
- (c) ACTDH – Arte, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto é implantar um programa extra curricular de formação em arte, ciência e tecnologia, que amplie o acesso das crianças e adolescentes a novas experiências perspectivas e que promovam seu desenvolvimento integral. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$126.000,00 e o período de execução de janeiro de 2018 a junho de 2019.
- (d) TomCon é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto construir uma tecnologia social que promova a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos Conselhos de Direitos e Tutelares e sistematizar esta experiência para possibilitar futuras reaplicações em outros municípios. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$256.500,00 e o período de execução de fevereiro de 2019 a junho de 2020.
- (e) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos da Ambev, cujo o objeto é desenvolver uma tecnologia social para pré-escola, que seja integrada à tecnologia social Synapse gerada para os anos iniciais do ensino fundamental e que também promova o desenvolvimento de habilidades não cognitiva nas crianças atendidas . O total de recurso financeiro deste termo é de R\$252.000,00 e período de execução de novembro de 2019 a dezembro de 2020.
- (f) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto foi consolidar um núcleo altamente qualificado de jovens talentos em música (som) e elaborar material e metodologia de reaplicação para que estes jovens possam atuar como disseminadores da arte sonora nas escolas dos seus respectivos povoados. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$198.000,00 e período de execução de janeiro de 2018 a junho de 2019.

- (g) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto é desenvolver kits educacionais baseados no uso de robôs de baixo custo, operados via tablets, para apoio ao ensino e aprendizado de português e matemática para as séries iniciais do fundamental. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$243.000,00 e período de execução de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da Associação.

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribuirá aos seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, parcela de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados ou bonificação.

A Associação registrou um superávit em 31 de dezembro de 2019 de R\$465.584 (superávit de R\$991.074 em 2018).

11. RECEITA

11.1. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo Município assistência social (a)	25.000	-
Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste PRODETUR	-	438.881
Secretaria de Estado do Turismo SETUR	-	968.564
Total	<u>25.000</u>	<u>1.407.445</u>

- (a) Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Indiaroba, Estado de Sergipe - A prestação de serviços para desenvolvimento institucional de três secretarias municipais que coordenam o programa Bolsa Família a partir da reaplicação da Tecnologia Social TAG (apoio a gestão de dados) para fins de melhoria do gerenciamento das condicionalidades.

11.2. RECEITA DE DOAÇÕES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Recursos do exterior	714.338	459.313
Ambev	-	153.000
SAP Brasil	220.000	81.200
Associação Brazilfoundation	134.582	23.903
Itaú Unibanco	100.000	-
Bayer	638.431	-
Fundação Telefônica	65.000	-
Cielo S.A.	52.827	-
Haakon Lorentzen (Filial do Brasil)	31.150	-
Instituto Banese	18.000	12.000
F.A Comunicação	10.000	-
Demais valores	81.809	4.998
Total	<u>2.066.137</u>	<u>734.414</u>

Refere-se à montantes doados por pessoa jurídica e/ou por pessoa física, as doações recebidas são aplicadas integralmente na realização dos projetos da instituição.

11.3. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS PROJETOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Projeto PLOC	-	11.025
Projeto ACTDH	-	6.300
Contrato de gestão	-	13.500
Projeto SEDETEC 01/2016	-	14.791
Cloc Robótica	6.600	10.575
Projeto CLOC	<u>12.150</u>	-
Total	<u><u>18.750</u></u>	<u><u>56.191</u></u>

Receita obtida através de aplicação de percentual sob o andamento dos projetos, os percentuais variam de acordo com o projeto.

11.4. MENSURAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTARIADO

Em atendimento a Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviço voluntário (receita) e administrativa (despesa) e não altera o déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Articulação internacional	-	43.819
Diretor presidente	-	33.761
Diretor científico	-	8.336
Diretor administrativo	-	8.336
Comunicador social	-	17.527
Apoio na reaplicação da tecnologia social	<u>119.411</u>	<u>4.500</u>
Total	<u><u>119.411</u></u>	<u><u>116.279</u></u>

11.5. CONVÊNIOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Projeto Legados	443.960	-
Receita com prêmios	30.000	-
Projeto Alba FBB	<u>9.660</u>	<u>214.972</u>
Total	<u><u>483.620</u></u>	<u><u>214.972</u></u>

Convênio de Cooperação Financeira entre o IPTI e a Fundação do Banco do Brasil-FBB, com o objetivo de implementação do projeto Alba – Academia de Linguagens e belas Artes. O valor alocado pela FBB para o projeto foi de R\$237.893,68. A execução do projeto foi no período de 12/2017 a 08/2019.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Articulação (a)	(204.937)	(156.344)
Serviços pessoas jurídicas	(45.233)	(744.083)
Viagens e representações	(39.020)	(84.948)
Divulgação e publicidade	(10.754)	(12.098)
Depreciação	(57.663)	(50.973)
Combustíveis e lubrificantes	-	(20.762)
Serviços prestados por pessoas físicas	(1.191)	(39.569)
Manutenção	(846)	(1.017)
Telefone, internet e telefax	(12.800)	(5.626)
Despesas com alimentação	(28.315)	(18.432)
Aluguel	(15.367)	-
Outras despesas	(97.756)	(83.806)
Total	<u>(513.882)</u>	<u>(1.217.658)</u>

(a) Refere-se à gastos incorridos para promoção na captação de recursos.

13. DESPESAS PROJETOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Serviços de terceiros pessoa física	(214.081)	(21.235)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(376.079)	(100.265)
Alimentação e transporte	(40.173)	(1.900)
Articulações	(70.992)	-
Combustíveis e lubrificantes	(43.769)	-
Manutenção e serviços de informática	(82.310)	-
Despesas com restrições	(427.897)	-
Outras despesas	(202.225)	(27.196)
Total	<u>(1.457.526)</u>	<u>(150.596)</u>

14. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários e encargos	(101.662)	(3.091)
Bolsa estágio	(6.069)	(1.980)
Férias	(3.404)	-
Outras despesas com pessoal	(3.159)	(732)
Total	<u>(114.294)</u>	<u>(5.803)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento aplicação financeira	7.212	4.591
Variação cambial	93	-
Total receitas financeiras	<u>7.305</u>	<u>4.591</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
IOF	(2.148)	(864)
Juros e encargos sobre empréstimos (nota nº 8.1)	(29.121)	(18.233)
Outras despesas financeiras	<u>(9.148)</u>	<u>(8.886)</u>
	<u>(40.417)</u>	<u>(27.982)</u>
Total resultado financeiro	<u>(33.112)</u>	<u>(23.391)</u>

16. INSTRUMENTO FINANCEIRO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas, a IPTI possui apenas instrumentos básicos. Durante o exercício, a Associação não realizou operações com derivativos financeiros.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	952.113	56.275
Contas a receber de clientes	-	181.606
<u>Passivos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	(8.371)	(14.327)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua Administração.

16.1. Análise de sensibilidade das variações no CDI

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Empresa à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2019. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui financiamentos com terceiros. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio.

	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	<u>(1.763)</u>
Provável efeito líquido		<u>(1.763)</u>

17. ASPECTOS FISCAIS

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para a Associação Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as doações, vendas de serviços, prêmios e convênios inclusive os recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de doação, vendas de serviços, prêmios e convênios, não estando sujeitas a incidências da referida contribuição.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

18. EVENTOS SUBSEQUENTE

COVID 19

O Coronavírus, "Covid-19" apareceu em dezembro de 2019 na China. A pandemia foi declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O impacto dessa doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de risco.

Face ao cenário apresentado, a IPTI tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não foram identificados impactos relevantes. Seguem as principais informações relacionados ao impacto da Covid-19 na empresa:

1. Priorização do trabalho remoto ("home office").
2. Disponibilização de equipamentos de proteção e higiene para os funcionários.
3. Suspensão temporária das atividades de campo ("in loco") relacionadas aos projetos desenvolvidos, o que, futuramente, pode gerar a necessidade de solicitar aditivo de prazo nos contratos.

4. Na medida do possível, algumas ações presenciais relacionadas aos projetos foram adaptadas para a modalidade à distância.
5. Alteração do formato do evento anual de captação de recursos da modalidade presencial para o formato remoto digital e ao vivo.
6. Diminuição dos custos operacionais relacionados à manutenção das atividades presenciais administrativas e relacionadas aos projetos.
7. Diminuição no custo de articulação e prospecção de novos projetos, devido à suspensão temporária das despesas relacionadas à deslocamento e viagens.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Associação examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e aprovaram sua emissão e divulgação em 4 de dezembro de 2020.
